

[LUIZ GERALDO MAZZA]

Questões pertinentes

A associação entre justiça e segurança, expressa em dimensão ministerial, foi primeiramente testada nos estados. O exemplo está na transferência da questão penitenciária para o campo da segurança, quando se tornaram rotina os amotinamentos como esse da semana passada em Londrina. É que a visão de um cenário - o das penitenciárias e delegacias distritais tomadas por facções do crime organizado - obrigou a esse ajuste mais consentâneo com essa nova realidade.

Virou rotina também ao fim dessas rebeliões, algumas com muitos mortos como a de Cascavel, esse ritual de transferência dos presos, e muitos deles com essa reivindicação na pauta dos rebelados. No episódio de Londrina as exigências de oito detentos tiveram atendimento, depois de seis horas de tensa negociação, e o evento revelou a ausência de segurança que facilitou o sequestro do agente penitenciário. Um agente sozinho não pode fazer a liberação de um cubículo com oito presos. Essa desigualdade de forças, tanto aí como nas delegacias lotadas, reclama pela revisão urgente dessa política.

Um selo problemático

Com seu padrão na indústria da hospitalidade, Londrina ganhou o selo, ao lado de Curitiba e Foz do Iguaçu, de área prioritária de turismo. Embora a

vocação se revele para o turismo de negócios, a cidade não pode ter deficiências como as reveladas no campo das competições esportivas, como se dá com o atraso das obras do Moringão, cuja ausência desfalca pelo menos dez competições e isso só no primeiro semestre. O selo não é só para exibição, mas sim para dotar a cidade de um máximo de eficiência nos seus eventos, quer sejam culturais ou desportivos.

Censura zero

Pragmáticos encaram os problemas da censura, da corrupção e da inflação com uma visão utilitária e cínica. Recomendam por exemplo que um pouco de censura, de corrupção e de inflação ajuda a temperar a realidade e acomodar conflitos. Vê-se essa saída debochada na forma como exploram as revelações do The Intercept, atribuindo-lhes dimensão despropositada e mal menor do que o varejo da corrupção que tomou conta do país. Nos ataques à Lava Jato se capta esse sentido: o de que uma certa medida de corrupção é inevitável e até ajudaria a prosperidade. Canalhice não tem limite.

20 anos de Momo

Houve sempre má vontade com o carnaval curitibano, alvo até de piadas. Mas há mais de duas décadas fizemos com muita imaginação e criatividade

um pré carnaval, aquele dos Garibaldis e Sacis, mais generoso do que o tríduo formal.

Iniciativa de gente disposta e que subverteu padrões comportamentais e ganhou apoio para fins de segurança do governo municipal.

Trabalho provisório

37 mil vagas de trabalho temporário no ano passado (em 2018 houve 32,4 mil) foram geradas nos últimos meses e agora se acredita que pelo menos 15% dessa massa obreira seja efetivada.

Descontos em folha

Já houve pelo menos uma ameaça da parte do governo, em passado distante em meio a uma contenda com a APP dos professores, em não fazer descontos em folha de pagamento, e ontem o Ministério Público do Trabalho fez audiência para tratar do decreto do governo estadual que obriga o recadastramento para a manutenção do serviço. Aí se incluem sindicatos e associações. Antes cadastrar do que castrar.

Folclore

É apropriado, depois de tudo que vivemos, concluir que encontros entre políticos e empresários geram mais presunção de culpa do que de inocência.

politica@folhadelondrina.com.br

MP pede abertura de inquérito por suspeita em licitação em Curitiba

Geraldo Bubniak/AGB/Folhapress

Segundo o órgão, empresas que pertencem a um mesmo grupo venceram pregão eletrônico em 2018

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O MP (Ministério Público) do Paraná solicitou a instauração de inquérito policial com o objetivo de apurar possível irregularidade em uma licitação da Prefeitura de Curitiba ocorrida em 2018, para contra-

tar empresas especializadas em limpeza urbana. O pedido da promotora de Justiça Luciane Melluso Freitas é baseado em uma denúncia feita pela vereadora Professora Josete (PT) em setembro do ano passado.

Conforme a peça inicial, as empresas Urbanística Ambiental Eireli, Nicons Co-

mercial de Plantas e Ajardini Paisagismo, que venceram o pregão eletrônico, pertencem a um mesmo grupo econômico, o que caracterizaria fraude na concorrência. “Deve-se apurar no âmbito deste procedimento se as empresas agiram em conluio visando o interesse econômico em comum”, diz trecho da peça.

Conforme a denúncia, as companhias utilizavam os mesmos recursos materiais, tecnológicos e humanos, além de, aparentemente, os sócios serem parentes em algum grau, visto o sobrenome semelhante: Brunetta.

Juntas, as empresas receberam cerca de R\$ 3,5 milhões por contratos de um ano para realização de serviços de roçada, capinação, limpeza e transporte de resíduos de entulhos. A parlamentar afirma que apresentou à Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público uma série de documentos apontando a possibilidade de uma “simulação de concorrência”.

Apesar de endereços di-



O prefeito Rafael Greca: prefeitura diz que PGM irá analisar a denúncia oferecida pelo Ministério Público

ferentes, duas das empresas possuem o mesmo telefone de contato. Os endereços que aparecem no cadastro da Receita Federal são residenciais. A vereadora também conta que constatou, em visita “in loco”, que apenas dois dos imóveis têm identificação.

De acordo com a promotora, os fatos narrados remetem à prática de crime previsto na Lei de Licitações. No inquérito, a delegacia de polícia competente deve promover diligências e oitivas dos administradores, bem como questionar se os funcionários realizam servi-

ços em conjunto para as três empresas.

DEFESA

O MP oficiou a administração municipal para que, no prazo de 30 dias, promovesse sindicância administrativa sobre os fatos noticiados.

A Prefeitura de Curitiba enviou nota à FOLHA informando que a PGM (Procuradoria Geral do Município) irá analisar a denúncia. “Todos os processos licitatórios do município são abertos, transparentes, têm ampla divulgação e seguem os ritos legais de forma a garantir a prevalência do interesse público”.

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas – torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) Licença de Instalação para a Rede de Distribuição de Gás Natural na Avenida Paraná, para atendimento ao Edifício Visionist Cabral, no município de Curitiba, estado do Paraná.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2020

PROTOCOLO: 16.212.004-2

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Armada, a ser realizado nas dependências da Unidade Atacadista da CEASA/PR de Maringá.

ABERTURA: 19/02/2020 às 09:00 hrs no site www.licitacoes-e.com.br

PREÇO MÁXIMO MENSAL ESTIMADO: R\$ 79.663,80 (Setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).

RETIRADA DO EDITAL: O Edital estará à disposição através do endereço eletrônico www.ceasa.pr.gov.br, no link Licitações CEASA, Unidade Atacadista de Maringá e poderá ainda ser solicitado através do e-mail licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br.

Eder Eduardo Bublitz
Diretor-Presidente